

Universidade Federal de Minas Gerais  
Programa de Formação de Conselheiros Nacionais  
Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais

Kelma Christina Melo dos Santos Cruz

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE  
ALIMENTOS (PAA): O CASO DA COMERCIALIZAÇÃO DE CASTANHA DO  
BRASIL PELA COOPERACRE**

Brasília

2010

Kelma Christina Melo dos Santos Cruz

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): O CASO DA COMERCIALIZAÇÃO DE CASTANHA DO BRASIL PELA COOPERACRE**

Monografia apresentada à UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais.

Orientadora: Márcia Soares

Brasília  
2010



Universidade Federal de Minas Gerais  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais,  
Av. Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 250 – Cidade Universitária - Pampulha  
31270-901 - Belo Horizonte – MG | e-mail: adm\_adist\_gd@ufmg.br  
TEL. (31) 3499-5004

---

## ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de abril de 2010 (dois mil e dez), na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – Brasília/DF reuniu-se a Comissão Avaliadora da monografia intitulada *"Participação social no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): o caso da comercialização de castanha do Brasil pela COOPERACRE"*, elaborada por *Kelma Christina Melo dos Santos Cruz*. A Comissão, composta por Igor Ferraz da Fonseca (IPEA) e Márcia Miranda Soares (UFMG), após apresentação da monografia, deliberou pela sua aprovação, o que confere ao aluno o título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros presentes.

Brasília, 29 de abril de 2010.

  
Igor Ferraz da Fonseca (IPEA)

  
Márcia Miranda Soares (UFMG)

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este estudo aos meus pais,  
Mirian e Raimundo;  
E ao meu esposo, Júlio Romeu.  
À vocês entrego meu respeito, gratidão e amor.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me conduzir em todos os momentos e me permitir seguir nessa caminhada.

À minha orientadora, Márcia Soares (UFMG), por suas valiosas contribuições e disponibilidade.

Ao meu marido, Júlio Romeu, pela cumplicidade, incentivo e apoio incondicionais.

À Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, empresa pública que tem a importante missão de contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda aos produtores rurais brasileiros, e da qual tenho o privilégio de fazer parte.

Ao Engenheiro Agrônomo Sílvio Isopo Porto, Diretor de Política Agrícola e Informações da CONAB. Por imprimir novo impulso à Companhia, a partir da sua experiência técnica e compromisso com a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural.

Aos meus colegas Paulo Coutinho, Rocilda Moreira, Madalena Izoton, Rogério Neuwald, Gustavo Viegas, Ianelli Loureiro, Djalma Aquino, Humberto Pennacchio e Júlio Santos, pela convivência e trabalho junto à Agricultura Familiar e aos mercados da sociobiodiversidade.

Aos povos e comunidades tradicionais da Amazônia por todas suas contribuições para a sociedade.

## LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

<b>GRÁFICO 1</b> – Balanço de Oferta e demanda de Castanha do Brasil	27
<b>GRÁFICO 2</b> – Comparação entre a produção e o consumo interno	28
<b>GRÁFICO 3</b> – Principais Estados produtores e Preços recebidos	29
<b>GRÁFICO 4</b> – Evolução dos recursos da modalidade de FE	30
<b>GRÁFICO 5</b> – Evolução dos preços médios mensais em 2004	31
<b>GRÁFICO 6</b> – Renda Média Anual das famílias extrativistas	32
<b>GRÁFICO 7</b> – Evolução dos recursos disponibilizados para a Cooperacre	33
<b>GRÁFICO 8</b> – Nº de famílias que acessaram a modalidade FE (PAA)	34
<b>GRÁFICO 9</b> – Quantidade de Castanha adquirida no PAA	36
<b>GRÁFICO 10</b> – Média em R\$ recebida por família	36
<b>GRÁFICO 11</b> – Série de preços pagos pela castanha do Brasil no PAA	37
<b>FIGURA 1</b> – Castanhas do Brasil beneficiadas pela Cooperacre	44
<b>FIGURA 2</b> – Extrativista na Cooperacre	44
<b>FIGURA 3</b> – Beneficiamento da Castanha do Brasil na Cooperacre	44
<b>FIGURA 4</b> – Coordenadores da Cooperacre	44
<b>FIGURA 5</b> – Sede da Cooperacre	44
<b>FIGURA 6</b> – Selagem dos pacotes de Castanha	44
<b>FIGURA 7</b> – Embalagem e Estoques de Castanha	45
<b>FIGURA 8</b> – Membros da Diretoria, Presidente e Parceiros da Cooperacre	45
<b>FIGURA 9</b> – Seleção, Transporte e Embalagens	46
<b>FIGURA 10</b> – Usina, Paiol, Frutas selecionadas e Polpas de Frutas	46

## LISTA DE ABREVIATURAS

CDAF – Compra Direta da Agricultura Familiar  
CEBS – Comunidades Eclesiais de Base  
CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada  
CF - Constituição Federal  
CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas  
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento  
COOPERACRE – Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre  
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luís de Queiroz”  
FE – Formação de Estoques  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IPCL – Incentivo à Produção e Consumo de Leite  
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PCTAFS – Povos, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares  
PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos  
PROBOR – Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
SEAPROF - Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar  
SEATER – Secretaria de Estado de Extrativismo e Produção Familiar  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
WWF – Fundo Mundial da Natureza

## SUMÁRIO

<b>1 – INTRODUÇÃO</b>	<b>09</b>
1.1 – Justificativa e Relevância	11
1.2 – Objetivos da Pesquisa	14
<b>2 – DESENVOLVIMENTO</b>	<b>15</b>
2.1 - Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais	15
2.2 – Os castanheiros e a Cooperacre	19
2.3 – Participação e Controle Social Pós Constituição de 1988	20
2.4 – Políticas de Apoio aos Mercados da Sociobiodiversidade e o Programa de Aquisição de Alimentos	23
<b>3 – RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>26</b>
3.1 – O mercado de Castanha do Brasil	26
3.2 – A Cooperacre e as políticas de desenvolvimento rural no Brasil atual	29
3.3 - Oportunidades e Desafios do PAA	38
<b>4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>40</b>
<b>5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>41</b>
<b>6 – APÊNDICES</b>	<b>44</b>

## RESUMO

Este projeto apresenta como recorte o universo das Comunidades Tradicionais, que desenvolvem práticas agroextrativistas e são reconhecidas por desempenhar múltiplas funções, como a conservação dos recursos naturais, do patrimônio cultural e da qualidade dos alimentos. Apresenta-se a análise do modelo organizacional cooperativo na perspectiva do desenvolvimento rural, tendo como objeto de pesquisa a experiência da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (Cooperacre) com a comercialização da Castanha do Brasil, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Os resultados demonstram o acesso dos extrativistas ao PAA, refletindo sobre os impactos do Programa para organização dos castanheiros, as limitações e potencialidades que devem ser trabalhadas para aprimorar este processo participativo. Conclui-se que o PAA é um programa estruturante para a atuação da Cooperacre, na medida em que propiciou a retomada da dinâmica de comercialização e viabiliza a ampliação da dimensão dos volumes negociados, em conjunto com as políticas de infra-estrutura, capacitação e assistência técnica.

**Palavras-chave:** Comunidades Tradicionais. Castanha-do-Brasil. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

## 1 – INTRODUÇÃO

A estrutura agrária brasileira é composta por um vasto mosaico étnico, social e cultural, refletindo as origens coloniais da economia e da sociedade, marcada por incentivos às grandes propriedades, à monocultura exportadora e à escravatura (Martins, 1986; Altafin, 2003). Em meio a diversidade do meio rural, destaca-se a presença da agricultura familiar, categoria que busca integrar em um único rótulo, grupos sociais bastantes heterogêneos e princípios definidores divergentes (Carneiro, 1999).

Recentemente, diversos estudos têm focalizado o papel da agricultura familiar como elemento estratégico de desenvolvimento rural. Nesse contexto, vêm sendo conduzidas pesquisas que buscam analisar as estratégias individuais e coletivas de reprodução física e social desses grupos, bem como suas dinâmicas territoriais (Schneider, 2003; Abramovay, 1999; Valente, 2004).

As políticas de apoio ao desenvolvimento rural da Agricultura Familiar possuem três desafios principais: vencer a precariedade social, articular e integrar o meio rural ao conjunto da sociedade, assegurando a intensidade dos contatos sociais e, garantir às populações seu direito à cidadania (Wanderley, 1999). Nesse contexto, a prática organizativa representa um dos principais desafios para esse segmento como um todo, em especial para grupos historicamente excluídos do processo de modernização da agricultura.

Este trabalho apresenta como recorte o universo das Comunidades Tradicionais, que desenvolvem práticas agroextrativistas e são reconhecidas por desempenhar múltiplas funções, como a conservação dos recursos naturais, do patrimônio cultural e da qualidade dos alimentos. Esses grupos organizam-se segundo critérios de povoamento, incluindo associações locais, colônias, povos ou etnias e atribuem elevada importância às relações produtivas baseadas na unidade doméstica ou familiar, com regras ou costumes para o uso comunitário dos recursos naturais.

O manejo sustentável dos produtos da sociobiodiversidade responde pela manutenção da estrutura dos biomas brasileiros (Amazônia, Mata Atlântica, Zona Costeira, Cerrado e Caatinga) e gera renda para milhares de famílias. Em que pese sua importância social e econômica, na maioria das vezes essas cadeias são pouco competitivas, sendo influenciadas por fatores como a sazonalidade da oferta, pequena escala de produção e baixa rentabilidade. Com isso, extrativistas encontram graves dificuldades em atingir os requisitos mínimos de oferta e qualidade para acessar os mercados mais amplos, sendo a comercialização da produção um dos principais entraves para garantia de sua autonomia.

Como forma de superar essas limitações, alguns pesquisas demonstram a necessidade de mobilizar e organizar os grupos produtivos para a comercialização coletiva (associativismo/cooperativismo); apoiar sistemas para operação e gerenciamento da exploração dos recursos naturais; adquirir e implantar a infra-estrutura necessária para facilitar a coleta, transporte e armazenamento da produção.

Este estudo propõe a análise do modelo organizacional cooperativo/associativo na perspectiva do desenvolvimento rural, tendo como objeto de pesquisa a experiência da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (Cooperacre) com a comercialização da Castanha do Brasil, no âmbito do PAA.

A Cooperacre foi fundada em 2001 e tem sede na cidade de Rio Branco /AC. Essa entidade congrega 20 cooperativas e associações e desenvolve uma experiência de parceria com os Governos Estadual e Federal, materializando ações concretas de melhoria da qualidade de vida dos pequenos produtores e extrativistas.

O que se pretende abordar é o acesso dos castanheiros ao *mercado institucional criado a partir do PAA*, que pode ser compreendido como um esforço do Estado em focalizar seu poder regulador e de compra na construção de novos circuitos de comercialização de alimentos, para utilização em programas e organismos públicos.

No Brasil, o mercado institucional é indicado como importante alternativa para a comercialização dos produtos da Agricultura Familiar. As compras públicas de gêneros alimentícios destinam-se ao abastecimento de uma ampla rede de entidades, incluindo as forças armadas, presídios, hospitais e escolas. Também existem as aquisições voltadas aos programas sociais de abastecimento, que incluem doações às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. E finalmente, as compras destinadas à garantia de renda às famílias agricultoras.

Para os empreendimentos da Agricultura Familiar, o grande desafio é atender às exigências de frequência, controle de qualidade e distribuição dos produtos. No caso dos produtos da sociobiodiversidade, o grau de dificuldade é ainda mais acentuado, considerando-se a necessidade de articulação dos produtores, acesso à informação, localização da produção, baixa escala e logística inapropriada.

Autores apontam o PAA como uma das mais importantes referências de apoio à comercialização governamental (Mattei, 2005 e Muller, 2007). A ampliação do público prioritário, incluindo povos e comunidades tradicionais, no fornecimento de alimentos para o PAA, tem sido um dos principais desafios para a consolidação do programa.

A garantia de comercialização de castanha é uma luta histórica dos povos da Amazônia e por isso, foi induzida desde o início da implantação do PAA.

## **1.1 – Justificativa e Relevância**

O Brasil possui posição estratégica para definir e implementar ações voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável valorizando o uso da biodiversidade. Diante disso o Governo Federal tem somado esforços para desenvolver políticas públicas que contemplem as especificidades das comunidades tradicionais.

Dentre as principais iniciativas em curso, encontra-se a Estratégia Fome Zero (lançada em 2003); a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (Lei nº 10.696, de 02/07/2003); a construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/2006); a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Lei 11.322/06); a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e

Comunidades Tradicionais (Decreto 6040, de 07/02/2007); o Programa Territórios da Cidadania (2008); o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (julho de 2009) e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (janeiro de 2010).

Os produtos da sociobiodiversidade possuem importância determinante na manutenção e na reprodução sociocultural dos Povos, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares – PCTAF's (BRASIL, 2008). A exploração dos recursos vegetais nativos compreende a coleta ou apanha do látex, sementes, fibras, frutos e raízes, entre outros, de forma racional, permitindo a obtenção de produções sustentadas ao longo do tempo.

O *Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade* foi lançado pelo Presidente Lula, no dia 27/04/09, em Manaus/AM. Essa iniciativa envolve ações dos ministérios do Meio Ambiente (MMA), do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), além de órgãos estaduais. Simultaneamente as organizações das comunidades tradicionais, extrativistas e agricultores familiares também estão envolvidos nesse processo.

Desde janeiro de 2009 foram realizadas palestras nas regiões prioritárias, buscando a mobilização dos beneficiários e apresentação do modelo operacional do programa de subvenções. Nessas reuniões estiveram presentes extrativistas, suas cooperativas e associações, além de entidades governamentais de assistência técnica, Secretarias Estaduais de Fazenda e Instituições Financeiras. A presença desses órgãos buscou facilitar o acesso à documentação exigida para a efetivação das operações, buscando a observância dos princípios da legalidade e economicidade do uso dos recursos públicos.

O acesso a tais pré-requisitos encontra-se, muitas vezes, distante da realidade da maioria dos extrativistas, estando ao alcance dos grupos mais organizados, que possuem condições de apresentar a nota fiscal de venda do produto, ou ainda a nota fiscal de compra emitida pelo adquirente (indústria, comerciante ou usina); a Declaração de Aptidão ao Pronaf<sup>1</sup> – DAP; e conta corrente para o recebimento do valor da subvenção.

Essas ações são recentes e sua efetivação apresenta uma série de desafios, sendo o primeiro, a própria delimitação das realidades sociais que compõem os grupos a serem atendidos. Diante das políticas públicas existentes, é possível detectar a influência dos movimentos sociais como agentes de pressão, que mobilizam o Estado para uma reação, uma

---

<sup>1</sup> O Pronaf destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, além de ações de capacitação e fornecimento de infra-estrutura.

resposta. A partir do momento em que é incitado, o Estado também passa a repercutir sobre o Movimento, conforme salientado por Melo (2007).

Referindo-se à realidade das comunidades quilombolas, a autora observa ainda que a execução de políticas públicas pressupõe a segmentação e nesse sentido, na medida em que o Estado busca chegar a segmentos sociais excluídos de seus serviços, exige que tais grupos compactuem com uma expectativa sobre sua própria identidade. As categorias têm o poder de interferir na realidade e, enquanto são manejadas, o Estado passa a interferir sobre sua configuração (Melo, 2007).

Grupos historicamente excluídos, como os castanheiros, passam a ser “detentores” de direitos e beneficiários de programas específicos, como o PAA<sup>2</sup>. Esse programa visa assegurar renda aos agricultores com condições limitadas de acesso ao mercado e representa uma importante inovação no campo das políticas públicas, por sua articulação com outros programas públicos, levando-os a dialogar com a biodiversidade<sup>3</sup>.

Pela primeira vez, o Governo define recursos exclusivos para aquisição de produtos da agricultura familiar (distingue a origem da produção) e as aquisições se fazem sem licitação pública, de maneira descentralizada. O PAA desburocratizou o processo de aquisição dos produtos da agricultura familiar, criando, portanto, um marco jurídico capaz de possibilitar a presença mais efetiva do Estado no apoio aos processos de comercialização desenvolvidos por essa categoria específica de produtores.

O Programa visa incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações de aquisição e distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos (MDS, 2009). Em síntese, o PAA proporciona acesso a uma alimentação diversificada para uma população em insegurança alimentar e nutricional, valoriza a produção e a cultura alimentar e dinamiza a economia local, com repercussões sobre a auto-estima tanto de fornecedores quanto de consumidores.

Atualmente a CONAB operacionaliza três modalidades do Programa: a Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), a Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR Doação) e a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR Estoque). Também podem ser realizados convênios, por intermédio do MDS, entre o governo federal e os

---

<sup>2</sup> O PAA é uma ação conjunta entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

<sup>3</sup> Destaca-se a interação com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com a Lei 11.775 que permite a concessão de subvenção direta aos extrativistas (PGPM), incluindo os produtos da sociobiodiversidade, e a Lei 11.947, de 16/06/2009, obriga estados e municípios a utilizarem pelo menos 30% dos recursos repassados pelo PNAE na aquisição de produtos da agricultura familiar.

governos estaduais/municipais, para o Incentivo à produção e ao consumo de Leite (IPCL) e Compra Direta Local.

No entanto, um dos principais gargalos para implementação do PAA é a carência de organização social na agricultura familiar, em geral, e das comunidades tradicionais, em particular, visto que para sua operacionalização, os agricultores devem estar representados por suas associações ou cooperativas.

Surge daí, a necessidade de compreender os fatores que favorecem ou dificultam o cooperativismo em comunidades rurais tradicionais. Esse sistema aparece historicamente atrelado ao capitalismo, mas pode ser concebido também como prática participativa e democrática para atender coletivamente às necessidades e aos interesses dos trabalhadores.

Objetiva-se explorar as estratégias desse grupo para acessar as políticas. Este trabalho pretende contribuir na discussão teórica sobre as formas como “novos” sujeitos sociais se apropriam e interagem com o Estado na formulação de políticas públicas.

A partir da experiência de cooperativismo desenvolvida pela Cooperacre, pretende-se explorar as alternativas que foram construídas em conjunto pelo Governo e sociedade civil, como formas de superação das desigualdades históricas e seus impactos na geração de emprego e renda. Em síntese, este trabalho pretende discutir o acesso dos extrativistas ao PAA, refletindo sobre os impactos do Programa para organização dos castanheiros, as limitações e potencialidades que devem ser trabalhadas para aprimorar este processo participativo.

## **1.2 – Objetivos da Pesquisa**

Conforme explicitado, pretende-se explorar os elementos que influenciam a participação dos extrativistas castanheiros no PAA, incluindo as seguintes questões:

- a) Caracterização da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (Cooperacre): nível de articulação com o poder público, formação de lideranças, disponibilidade de recursos financeiros e existência de mecanismos de acompanhamento e controle social;
- b) Formas de apresentação do Estado e suas políticas. Formato do PAA, modalidades, exigências e condições gerais de acesso;
- c) Descrição da organização dos castanheiros, fatores que facilitam ou dificultam sua organização na forma cooperativa/associativa.

## **2 - DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 - Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais**

O modelo de desenvolvimento rural adotado no Brasil, com foco na abertura técnica e/ou econômica via especialização da produção, esteve atrelado, desde sua concepção, à noção de “progresso”, o que viabilizou expressivos ganhos de competitividade e importante participação na Balança Comercial. Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/Esalq), o agronegócio representou em 2008, cerca de 26,46% do Produto Interno Bruto, 35% das exportações do país e 37% dos empregos. Em contrapartida, gerou degradação ambiental e intensificou as desigualdades sociais, visto que vários segmentos foram excluídos do processo de modernização e do acesso aos serviços básicos de educação, saúde e infra-estrutura produtiva. Nesse cenário, destaca-se a presença da agricultura familiar, definindo-se essencialmente como uma unidade de produção onde as categorias trabalho, terra e família estão intimamente relacionadas (Carneiro, 1999).

A Lei Nº 11.326, de 24/07/2006, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 04 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Observa-se que várias categorias foram segmentadas para enquadramento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf. Esse trabalho focaliza as comunidades tradicionais, que se estruturam segundo critérios organizativos diversos, apoiados em princípios agroecológicos, de gênero e de base econômica heterogênea.

Em que pese à ausência de dados sócio-econômicos relativos às condições de vida dos povos e das comunidades tradicionais, no momento em que são desenhadas políticas votadas a esse segmento, torna-se necessário ampliar a compreensão acerca da realidade desses grupos.

Estudo realizado por Almeida (2004) aponta que cerca de ¼ do território brasileiro é ocupado por povos e comunidades tradicionais, envolvendo aproximadamente vinte e cinco milhões de pessoas em 176 milhões de hectares. Essas comunidades ocupam aproximadamente 25% do território nacional e estão distribuídas por todo o país.

Os recursos do extrativismo ocupam lugar central na garantia da sobrevivência e reprodução social dos Povos, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares – PCTAF's, em todos os biomas brasileiros. A principal característica da atividade agroextrativista é a possibilidade de convivência entre o homem e o ambiente. A coleta de produtos não madeireiros, algumas vezes utilizando consórcio com agropecuária, em um tradicional manejo aliado a tecnologias apropriadas permite a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas e a obtenção de renda, em áreas de difícil acesso e de relevante de oportunidades de trabalho e emprego, promovendo a compatibilização entre a proteção dos recursos biológicos e o desenvolvimento social e econômico.

Little (2002) salienta que a utilização do termo populações tradicionais é recente, sendo inicialmente difundido por ambientalistas que se referiam desta maneira às comunidades que residiam nas proximidades das Unidades de Conservação. Na maior parte dos casos, entretanto, a expressão refere-se aos Povos Indígenas, Comunidades Remanescentes de Quilombos, Ribeirinhos, Extrativistas, Quebradeiras-de-Coco-Babaçu, Pescadores Artesanais, Seringueiros, Geraizeiros, Vazanteiros, Pantaneiros, Comunidades de Fundos de Pastos, Caiçaras e Faxinalenses.

Cabe salientar que não existe “uma” definição única de população tradicional, visto que diferentes perspectivas sociais geram diferentes conceitos, o que torna esta delimitação de ordem política e/ou técnica, a depender da situação.

Para fins de definição de políticas públicas, o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**, apresenta uma compreensão mais abrangente, conceituando comunidades tradicionais como “grupos culturalmente diferenciados e que assim se reconhecem, possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição”. Desta maneira, este será o entendimento adotado no presente trabalho.

Tais grupos possuem alguns pontos comuns que podem servir como instrumentos para seu reconhecimento, são eles: o modo de uso da terra; a destinação da produção; vínculo

territorial; situação fundiária; organização social; expressões culturais; inter-relações com os outros grupos da região e a auto-identificação.

Na maioria dos casos, a questão central para essas populações é o acesso ao território, que além de assegurar sua sobrevivência, constitui a base para a produção e a reprodução dos saberes tradicionais. Outra característica marcante é o processo produtivo, detentor de uma lógica específica acerca da noção de “necessidade”.

As populações tradicionais e diversos grupos desenvolvem práticas agroextrativistas, mas encontram dificuldades em acessar os mercados ou em atingir os requisitos mínimos de qualidade e de escala. Ademais, o baixo valor agregado dos produtos provenientes da biodiversidade influencia a competitividade, fazendo-os serem comercializados apenas como matéria-prima.

As populações tradicionais podem estar organizadas em associações locais, colônias de pescadores, povos, etnias, habitantes de um ecossistema e comunidades. Nesses grupos nota-se a importância da família extensa ou ampliada, além de relações produtivas baseadas na unidade doméstica ou familiar, com regras ou costumes para o uso comunitário dos recursos naturais.

No que tange ao uso da terra, verifica-se a importância dos ciclos naturais nas atividades produtivas, por meio do uso de recursos renováveis e do uso comunitário do território. Tais práticas asseguram a esse segmento um papel central na preservação dos valores étnicos, do patrimônio material e imaterial, dos cuidados com a manutenção da biodiversidade e da segurança alimentar, a partir do conhecimento profundo do seu ecossistema e do uso de tecnologias de baixo impacto ambiental (Cruz, 2005).

Em relação ao destino da produção, observa-se que a comercialização não é o único fim da produção. Parte dos produtos gerados destina-se às práticas sociais (incluindo festas e ritos) e o restante visa o autoconsumo ou a venda.

Quanto ao vínculo territorial, predomina a noção de pertencimento a um território (lugar específico que é “comum ao grupo”). Também são frequentes condutas de territorialidade (demarcação, defesa, critérios de inclusão e exclusão), a existência de uma memória coletiva vinculada ao território e a identificação com um ecossistema específico (a exemplo da Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal e Cerrado).

Os grupos apresentam diferentes categorias fundiárias, incluindo a posse permanente, a propriedade com título definitivo, o usufruto exclusivo dos recursos naturais, o uso comum sem posse e sem propriedade e o direito real de concessão de uso.

Também são evidentes as expressões culturais próprias - festas, rezas, comidas, modo

de construir as casas e vestuário, mitos e ritos associados às atividades de pesca, caça e extrativismo, palavras ou expressões lingüísticas e transmissão oral de geração em geração dos conhecimentos culturais e ambientais.

Quanto às inter-relações com outros grupos da região, mantém vínculos similares (encontros, associações, casamentos e celebrações). A comunidade se considera como diferente da maioria da população da região, existindo termos usados pelos membros para se referir ao seu grupo.

A auto-identificação é distinta em cada grupo. Os povos indígenas possuem um nome específico para cada etnia; as comunidades quilombolas apresentam múltiplas maneiras de se identificar.

## **2.2 – Os castanheiros e a Cooperacre**

Os povos da floresta, majoritariamente, baseiam seu modo de vida na extração de produtos como a borracha, a castanha do Brasil e óleos vegetais, além da caça e pesca não predatória, bem como à agricultura de subsistência. Esses grupos sociais precisam da mata e dos rios para sobreviver, e sabem como utilizar os recursos naturais sem destruí-los.

Os extrativistas têm uma luta histórica pela defesa garantia dos seus direitos territoriais e suas reivindicações foram articuladas junto ao Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), em assembléias conjuntas que agregam indígenas, seringueiros, castanheiros, entre outros. Também se destacam a colaboração mútua em projetos de educação, saúde e cooperativismo.

Estudo de Almeida (2004) indica que existem no país cerca de 778.150 castanheiros, distribuídos em 14 milhões de hectares, onde ocorre o extrativismo comunitário.

Para os castanheiros, o objetivo do cooperativismo é criar um mecanismo que reúna a produção de todos e aumente o poder de barganha no mercado. Com isso, a Cooperacre foi fundada em dezembro de 2001. Trata-se de uma Central que congrega 20 Cooperativas e associações espalhadas em mais de 10 municípios do Estado do Acre, atendendo mais de 1.800 famílias extrativistas nas regionais do Alto Acre, Baixo Acre e Purus.

Como missão, a Cooperativa busca organizar, representar e garantir a sustentabilidade extrativista, agregando valor aos produtos, operando o resgate da credibilidade, da dignidade e da educação, promovendo a igualdade social, econômica e ambiental (Cooperacre, 2010).

Dentre os principais objetivos da Cooperacre, destacam-se: 01 – Viabilizar o sistema de cooperativismo em rede; 02 – Permitir acesso direto aos mercados mais promissores; 03 -

Melhorar o nível tecnológico da produção em toda a rede de associados; 04 - Modernizar os modelos de gestão e de administração das cooperativas e associações; 05 – Valorizar a floresta com atividades extrativistas de baixo impacto ambiental, buscando alternativa de uso dos recursos naturais que respeitem valores éticos e ambientais, promovendo o exercício da *Florestania*<sup>4</sup>.

As ações da Cooperativa relacionam-se, principalmente, com: 01 – A garantia de compra da produção do cooperado; 02 - Apoio à implantação de armazéns comunitários e individuais para produtores de castanha do óleo de copaíba, da borracha e polpa de frutas; 03 - Capacitação de produtores de castanha em Boas Práticas de Produção para melhoria e manutenção da qualidade deste produto; 04 - Apoio no desenvolvimento da cadeia produtiva da borracha com a operacionalização do subsídio estadual para este produto; 05 - Produção de FDL – Folha Defumada Líquida para mercados finos, CVP- Cernambi Virgem Prensado, Látex usado para fabricação de preservativos, agregando valor ao produto e beneficiando o produtor; 06 - Capacitação de diretores e produtores em gestão associativista e cooperativista e de negócios; 07 - Apoio na logística de escoamento da produção e na busca pela melhoria da infra-estrutura nas comunidades; 08 - Implantação do sistema contábil em toda a rede para prestação de contas transparente.

A lógica de atuação da Cooperativa é adquirir a produção dos extrativistas no período da safra, garantindo a compra no momento exato em que os produtos estão disponíveis e os preços de mercado são menores, em função da maior oferta. Os produtos adquiridos destinam-se à formação de estoques, que serão comercializados na entressafra, de modo a atingir preços mais elevados.

### **2.3 – Participação e Controle Social no Contexto Político-Institucional Pós Constituição de 1988**

O interesse acadêmico sobre a análise e avaliação de políticas públicas é amplo e ultrapassa o campo de estudo restrito da Ciência Política (Souza, 2006). A produção científica sobre o tema tem destacado a importância dos mecanismos de participação social e sua relação com a gestão pública para o bom êxito das políticas implementadas.

No Brasil, os contextos político, econômico e social impõem transformações macro-institucionais que influenciam diretamente o papel do Estado. No contexto de globalização,

---

<sup>4</sup> Termo cunhado no Acre, esse neologismo busca expressar o direito de cidadania dos povos da floresta (Pinheiro, 2009).

redemocratização e neoliberalismo, o Estado passou a assumir um papel menos intervencionista, em diversas esferas. Com isso, foram provocadas transformações nas instituições públicas, em especial as do Poder Executivo Federal.

A sociedade organizada reconhece que tanto os desafios contextuais quanto as condições de funcionamento dos Estados, exigem ações no sentido de buscar seu fortalecimento institucional. Diante disso, estão em curso mudanças na esfera governamental, ao mesmo tempo em que iniciativas de empoderamento e ampliação do controle público ganham força.

Nesse tópico, pretende-se caracterizar a relação do controle público com a democratização da gestão pública, especificamente na experiência da Cooperacre no PAA, apresentado como objeto de estudo. O processo de empoderamento desses grupos, incluindo seu processo de auto-identificação, reconhecimento e formalização, ainda é recente e está em construção, devendo ser analisado de maneira a qualificar as ações futuras relacionadas ao programa.

A realidade brasileira apresenta uma vasta heterogeneidade estrutural incluindo diferenças econômicas, sociais e culturais. No contexto de uma democracia pluralista de massas combinada a uma rede associativa, verifica-se a coexistência de grupos de interesse que possuem maior ou menor grau organizativo e se articulam de distintas maneiras com o poder público.

A emergência de tradições de democracia participativa pode configurar um novo paradigma de desenvolvimento, superando as desigualdades acentuadas no período neoliberal e as profundas assimetrias de um modelo assentado em um Estado autoritário (Guimarães, 2009).

Observa-se a recente afirmação e criação de novos direitos, que incorporam na agenda política, grupos historicamente excluídos. No entanto, a Democracia ainda não alcançou um estágio mais pleno, sendo preciso avançar na garantia dos direitos de vários grupos sociais.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 o país passou a vivenciar uma perspectiva de democracia representativa e participativa, incorporando a participação social na gestão das políticas públicas. Tendo em vista que as instituições não operam no vazio, alguns mecanismos de participação na gestão das políticas públicas vêm sendo implementados, tais como: orçamento participativo, plebiscito, iniciativa popular legislativa e conselhos gestores. Em contrapartida, a participação da sociedade nas funções de planejamento, monitoramento, acompanhamento e avaliação de resultados das políticas públicas requer a constituição de espaços públicos de articulação entre governo e sociedade.

A definição de quais devem ser as atividades exclusivas de Estado deriva da própria definição do que é esta instituição. Para Pereira (1998), o Estado é a organização burocrática que detém o "poder extroverso" sobre a sociedade civil existente em um território. Segundo este autor, as organizações privadas e as públicas não-estatais têm poder apenas sobre os seus funcionários, enquanto o Estado tem poder para fora dele, detém o "poder de Estado": o poder de legislar e punir, de tributar e realizar transferências de recursos a fundo perdido. O Estado detém esse poder para assegurar a ordem interna – ou seja, garantir a propriedade e os contratos -, defender o país contra o inimigo externo, e promover o desenvolvimento econômico e social. Neste último papel, o Estado pode ser visto em termos econômicos: é a organização burocrática que, por meio de transferências, complementa o mercado na coordenação da economia: enquanto o mercado opera por meio de trocas de equivalentes, o Estado o faz por meio de transferências financiadas pelos impostos (Pereira, 1998).

Diante disso, cabe diferenciar controle da administração de controle público. O controle da administração está relacionado ao controle exercido pelo Estado, ou pela administração pública. O controle interno na Administração Pública deve, sobretudo, possibilitar ao cidadão informações que confirmam transparência à gestão da coisa pública. Desta forma, o sistema integrado de controle interno deve servir como agência de *accountability*<sup>5</sup>, agência de transparência, de responsividade e prestação de contas de recursos públicos.

Já o controle público, ou **controle social**, representa o esforço da sociedade civil organizada em exercitar mecanismos de controle da utilização de recursos e do comportamento dos seus representantes, no sentido de acompanhar e participar efetivamente da elaboração e da implantação das políticas e dos recursos públicos, garantindo assim a transparência e a formação da agenda política.

O controle social é uma ação conjunta entre Estado e sociedade em que o eixo central é o compartilhamento de responsabilidades com vistas a aumentar o nível da eficácia e efetividade das políticas e programas públicos. Por meio dele, a sociedade é envolvida no exercício da reflexão e discussão para politização de problemáticas que afetam a vida coletiva. No controle social, o governo atua sob fiscalização da população, da opinião pública e da esfera pública política.

---

<sup>5</sup> O termo *Accountability* está relacionado aos mecanismos de prestação de contas. *Accountability* horizontal refere-se ao controle que advém de agências da estrutura pública de controle ou órgãos federativos. *Accountability* vertical envolve iniciativas como ações individuais ou de algum tipo de ação organizada ou coletiva fazendo referência a atores que ocupam cargos públicos ou eleitos, além das ações de investigação e denúncia dos meios de comunicação independente (O'Donneell, 1997).

Dessa maneira, o controle social engloba um conjunto de movimentos realizados pela sociedade civil, quando seus atores se fazem presentes por meio de articulações junto a seus representantes no poder público ou junto a órgãos que possuem legitimidade para atuar em nome do bem público. As articulações desencadeadas ocorrem a partir da organização social e permitem o acompanhamento mais eficiente das políticas públicas e dos gastos públicos. O fortalecimento do controle social tende a gerar processos de aperfeiçoamento e melhoria contínua, na implementação das políticas públicas.

Pensando no contexto das políticas públicas, observa-se que a instabilidade econômica não promoveu completamente a garantia de direitos presentes na Constituição Federal de 1988. Buscando sua implementação, diversos órgãos e entidades tem se mobilizado, ao longo dos anos, por meio de Movimentos Sociais, ONG's, Centrais Sindicais, Pastorais vinculadas às religiões<sup>6</sup>, entre outros grupos.

A experiência democrática em curso no Brasil pode indicar caminhos diante de grandes impasses como a desigualdade, o racismo e as grandes ameaças do planeta. O tema do desenvolvimento está diretamente relacionado à consolidação da democracia participativa no Brasil. Nesse contexto, o enfoque de desenvolvimento local pressupõe que haja um mínimo de organização social para que os diferentes sujeitos sociais possam ser os reais protagonistas dos processos de transformação de seus lugares (Graziano, 2001, p. 24).

Veiga (1999) alerta para o grande perigo da abordagem do desenvolvimento local como simples agregação de programas, sem uma estratégia que de fato possa mobilizar o conjunto das comunidades. Acrescenta que a estratégia de desenvolvimento local é particularmente válida como um complemento do desenvolvimento regional no âmbito de uma estratégia maior baseada no conceito de “desenvolvimento territorial” – a combinação de políticas governamentais descendentes com iniciativas de desenvolvimento endógeno.

Adicionalmente, verifica-se a importância de construir novos princípios que reorganizem a relação do homem com a natureza, buscando a regulação dos efeitos danosos ao meio ambiente. Com isso, políticas recentes, como a de Combate à Discriminação (PNCD) e Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, ganham maior relevância.

---

<sup>6</sup> A Igreja Católica exerceu historicamente influência difusa e generalizada sobre a sociedade e instituições (Guimarães, 2009). Com isso, sua vertente progressiva colaborou na construção da agenda de Direitos Humanos: 1) Comissões de Justiça e Paz formadas durante o Período militar; 2) Luta pela Reforma Agrária, 3) Direitos territoriais dos povos indígenas. Nesse contexto, cabe destacar a contribuição das ações operárias, Cáritas, Comunidades Eclesiais de Base – CEB's, Teologia da Libertação, Ativistas, Incubadora de Movimentos Sociais e Pastorais.

## 2.4 – Políticas de Apoio aos Mercados da Sociobiodiversidade e o Programa de Aquisição de Alimentos

Nas duas últimas décadas, diversas iniciativas, sejam elas dos governos federal estadual e municipal, dos movimentos sociais, de empresas, de organizações não governamentais ou do meio acadêmico, têm buscado apoiar as atividades produtivas desenvolvidas por comunidades tradicionais. Multiplicam-se, por todo o país, projetos que sinalizam o potencial das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, assinalando a forte capacidade deste segmento em promover desenvolvimento sustentável nos diversos biomas brasileiros.

O Governo Federal tem implementado uma série de ações que visam promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, buscando alternativas de geração de renda para esses públicos. Com o objetivo de agregar essas iniciativas, foi elaborado o *Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade*, que pretende possibilitar o acesso às políticas de crédito, assistência técnica e extensão rural, a mercados institucionais e aos instrumentos de comercialização.

No caso do PAA<sup>7</sup>, estas ações estão focadas em incentivar a produção e o processamento de alimentos por pequenos empreendimentos rurais, nos termos propostos pela II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2004).

Nos últimos dois anos, os preços médios da castanha do Brasil no mercado interno apresentaram estabilização, mas durante 2008 os mesmos sofreram a pressão do movimento de mercado, mas ainda assim superando o custo médio de produção, que foi de R\$ 0,80/kg, nas principais regiões produtoras (CONAB, 2009). Tal quadro se deve aos seguintes fatos:

- programas estaduais de revitalização do extrativismo florestal sustentado, incluindo melhoria de renda do produtor (coletador), com destaque para o Estado do Acre, responsável por quase 50% da produção nacional;
- melhoria da qualidade do produto, via implantação de programas de boas práticas de manejo junto aos extrativistas, em especial no Estado do Amazonas;
- implantação do “Programa de Compra Antecipada da Produção de Extrativistas Familiares” e da “Formação de Estoques pela Agricultura Familiar” dentro do PAA, junto a cooperativas localizadas no Acre e no Amazonas;

---

<sup>7</sup> O PAA foi criado pela Lei no 10.696 e regulamentado pelo Decreto 4.772, ambos de 2 de julho de 2003 e tem por objetivo incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos.

- forte redução na saída de matéria-prima do Acre, por conta da tributação da castanha “in natura” em mais de 100% sobre o valor de mercado e implantação de usinas de beneficiamento naquele Estado. Tal medida refletiu diretamente nos preços do produto nos outros estados;
- Fortalecimento do mercado interno, com a prospecção de novos nichos de mercado e ações de apoio no “marketing” local.

Para o ano/safra, 2009/2010, as expectativas de comercialização do produto, deverão obedecer a uma inversão com um trabalho de valorização do mercado interno, visando aumentar o consumo do produto, tais como: comercialização da produção de algumas cooperativas, por meio da modalidade de leilão eletrônico, via CONAB. Aliado a esse cenário os governos estaduais têm incentivado a comercialização, via medidas tributárias, objetivando reduzir a saída de matéria-prima do Acre sustentando os preços em patamares mais elevados.

Como principais resultados, destaca-se a constituição do marco legal para a Castanha do Brasil (produto elencado como prioritário no Plano Nacional) e a intervenção governamental, via PGPM, que beneficiou grupos produtivos dos Estados do Amazonas e Acre, tendo em vista o comportamento dos preços da borracha natural e castanha-do-Brasil (foram pagos R\$ 100 mil em subvenções no Acre).

Diante disso, observa-se que o êxito da implantação do programa está vinculado à ação conjunta dos Governos Estaduais, órgãos públicos federais e principalmente, das organizações sociais. Esta iniciativa não está isolada e foi precedida por programas anteriores (a exemplo do Probor e Bolsa Floresta).

O sucesso da comercialização está atrelado à implementação de ações de capacitação e melhoria produtiva por meio de tecnologias sustentáveis, fortalecimento da prática cooperativa/associativa no processo de gestão, fortalecimento dos territórios, cidadania, regularização fundiária e prioritariamente, coordenação na emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP para extrativistas, quilombolas e famílias assentadas.

Em relação à organização social, Costa (2008) defende que “o cooperativismo funciona como um sistema e as cooperativas como a unidade econômica e espaço de convívio e transformações”. As cooperativas têm por objetivo aglutinar pessoas que, através do seu trabalho, da sua produção ou da sua renda, atuando de forma coletiva e organizada, adquirem condições de conquistar espaços dentro na economia globalizada. Ainda de acordo com o autor, dentre as principais vantagens do Cooperativismo destacam-se:

- Melhoria das condições de produção e ampliação dos serviços;
- Retorno aos sócios de acordo com a proporção de suas operações;

- Apoio às ações de interesse dos associados;
- Cultivar valores e princípios;
- Negociar melhor preço para a produção – criação de um sistema de informações de preços e comercialização dos produtos;
- Acesso do produtor a tecnologias adequadas de produção, financiamento e assistência técnica;
- Aumento da produtividade e oferta de produtos a preços competitivos;
- Máquinas, implementos agrícolas, animais reprodutores, armazenamento, transporte e crédito rural.

O crescimento do cooperativismo e da economia solidária<sup>8</sup> no Brasil é considerável nos últimos anos e tem proporcionado aos empreendimentos solidários bons resultados econômicos e sociais. Pesquisa desenvolvida por Costa (2008) demonstra que o associativismo e a economia solidária no Acre remontam ao movimento de Chico Mendes, em resposta ao processo de expulsão da população do campo, com a organização social iniciada na década de 1970 pelos seringueiros da região.

Quanto ao aumento do capital social, Pavarina (2003) destaca o cooperativismo como um fator representativo, considerando, em seu estudo, tanto as cooperativas (como associação que aglutina pessoas) como o percentual de produtores rurais associados em cooperativas. A autora classificou para a sua análise as cooperativas em conjunto com as associações e os sindicatos. Verificou que a vinculação de um produtor rural em uma cooperativa tem como primeiro objetivo a finalidade econômica, mas destaca-se a relação de confiança criada entre os sócios e entre estes e os membros da diretoria. A sobrevivência, no longo prazo, de uma cooperativa somente é possível com a presença de relações de confiança.

Os números do cooperativismo no âmbito nacional e estadual serão apresentados a seguir por ramos de atuação do cooperativismo brasileiro. O Brasil possui (OCB, 2005) 7.518 cooperativas registradas em todo o território nacional, possuindo 6.791.054 cooperados. O ramo agropecuário é o mais representativo, possui 1.514 cooperativas com 879.918 cooperados (Filho e Silva, 2005). Estes autores citam ainda Bialoskorski Neto (2002) ao mencionar que as cooperativas, especialmente as de produção agropecuária, apresentam duas dimensões consideráveis, a econômica e a social. Normalmente, o foco é social, mas mantêm-se fortes relações com a eficiência econômica.

---

<sup>8</sup> **Economia solidária** é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano e não do capital. Tem base associativista e cooperativista, e é voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida.

### 3 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para consecução dessa pesquisa foi realizada análise documental em bases de dados secundários (relatórios gerenciais e financeiros disponibilizados pela CONAB) além de coleta de dados primários, tendo sido realizadas entrevistas semi-estruturadas junto ao MDA e Cooperacre. O contato com os interlocutores foi intensificado em decorrência do vínculo profissional desta pesquisadora junto à CONAB. O recorte dessa avaliação é de 2003 a 2009, período que marca o início das operações de comercialização da Castanha do Brasil no PAA.

#### 3.1 – O mercado de Castanha do Brasil

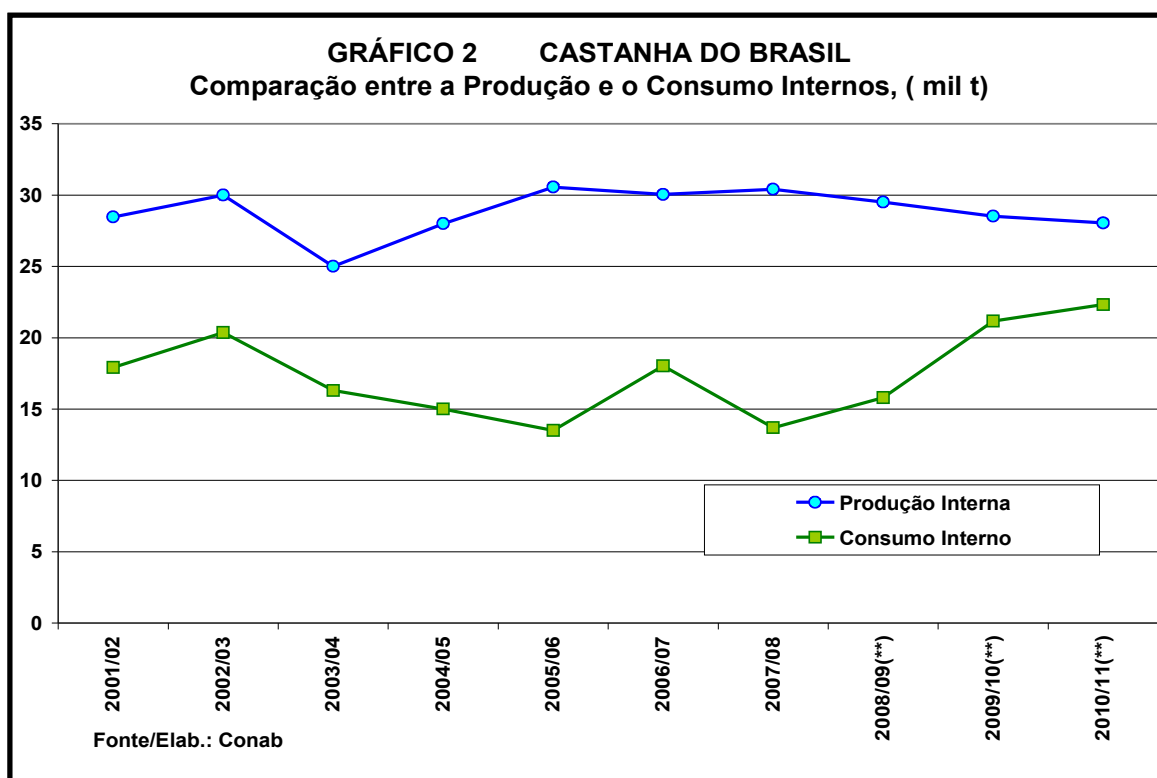
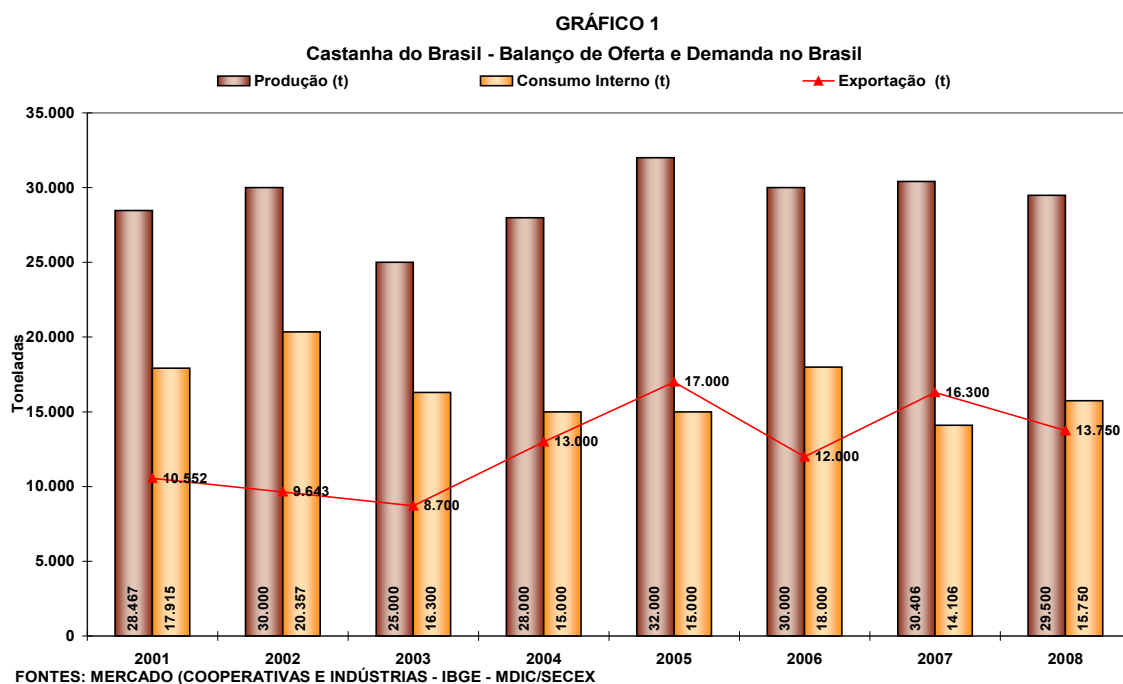
A Castanha do Brasil é originária da floresta amazônica e sua extração é uma das atividades mais adaptadas às exigências de preservação da biodiversidade.

A produção brasileira de castanha está distribuída entre os Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Pará e Rondônia, sendo que os três primeiros respondem por mais de 90% do volume produzido (CONAB, 2008).

De acordo com levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a safra brasileira de 2007 alcançou 30.406 toneladas. Para 2008 a estimativa foi de pequena queda, totalizando em 29.500 toneladas. o **Gráfico 1** ilustra o movimento da produção brasileira, consumo e exportação. O Estado do Acre contribuiu com a maior parcela da produção, 10.378 toneladas, seguido pelo Amazonas com 8.871, o Pará com praticamente 7.639, e Rondônia 2.165 toneladas.

A comercialização brasileira de castanha obedece a dois fluxos: o consumo interno e a exportação, conforme pode ser visualizado no Gráfico 2. Essa relação tem se alterado na proporção de 35% a 50% para a exportação e, 50% a 65% para o consumo interno.

No caso das exportações podemos destacar como principal destino a Bolívia com o produto “in natura”, seguida dos Estados Unidos, Hong Kong, Europa, Austrália, incluindo castanha beneficiada (CONAB, 2009). Em 2008, o volume total das exportações de castanha do Brasil atingiu 13.749 toneladas, gerando uma receita de U\$S 20.3 milhões, valor 20,5% inferior ao observado para o ano de 2007. A queda na receita com a exportação do produto e conseqüentemente nos volumes produzidos é reflexo de uma retração do mercado externo, principalmente dos compradores Europeus e dos Estados Unidos da América, em decorrência da crise financeira mundial observada naquele período.

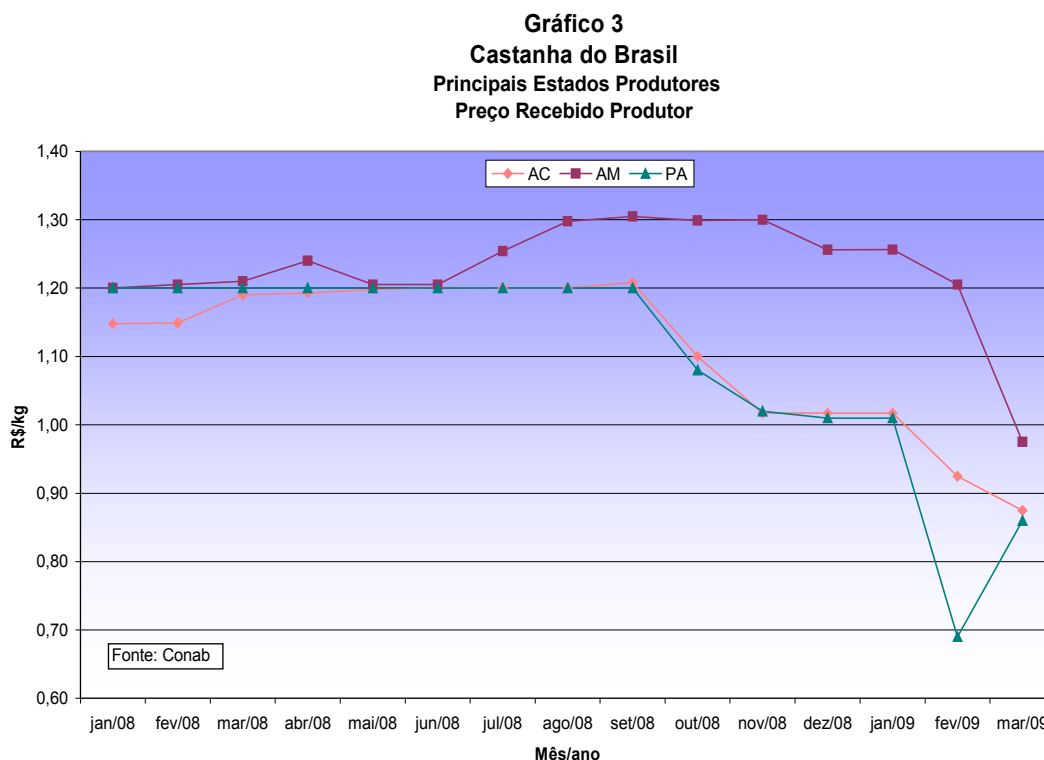


Por se tratar de uma atividade extrativista, vários fatores interferem nessa relação e, indubitavelmente, o mais forte é o preço. Sob esse aspecto, a ação governamental de apoio à

produção tem gerado resultados positivos, uma vez que a organização dos núcleos extrativistas em cooperativas e organizações de classe tem dado maior poder de comercialização já que a cadeia produtiva é muito frágil e dependente de poucos compradores que tendem a ditar o preço.

A atuação da Cooperativa no processo de negociação e valorização da produção fez com que o preço médio pago aos produtores se elevasse nos últimos seis anos, passando de uma média de R\$ 0,35/kg em 2000, para R\$ 0,85 em 2009 (Gráfico 3).

Apesar do aumento dos preços, verifica-se uma recomposição nos valores pagos aos produtores, uma vez que os comerciantes locais se viram obrigados a diminuir suas margens de lucro para o comércio varejista. Já o valor de exportação da castanha tem se equalizado com os do mercado interno, pelo menos durante o ano de 2007, vez que os mesmos permaneceram, em média, na casa dos US\$ 1,57/kg, um pouco melhores do que os praticados em 2008, que foram em torno de US\$ 1,48/kg, resguardada a taxa cambial.



Alguns fatores são determinantes para a baixa competitividade da cadeia de Castanha do Brasil, dentre eles destacam-se: a) redução dos castanhais produtivos; b) deficiências na cadeia produtiva, em especial nas logísticas de transporte e de armazenamento; c) ausência de políticas e de programas de incentivo à produção, de apoio direto à comercialização e de

sustentação de renda ao extrativista; e d) Dificuldades de atendimento às exigências fitossanitárias para exportação, especialmente quanto aos limites de tolerância para presença de aflatoxina (até 30 ppb no Brasil e até 04 ppb nos EUA e Europa).

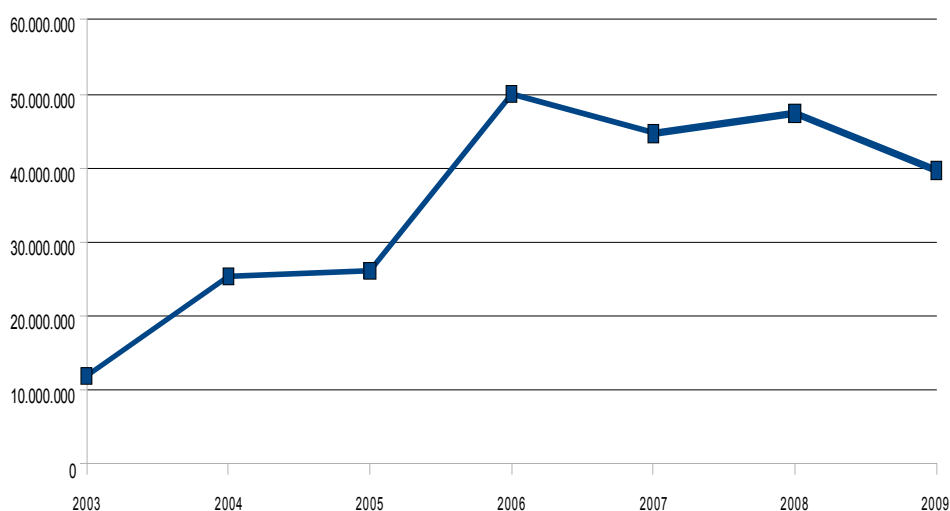
Considerando tais dificuldades, iniciativas de organização social, como o cooperativismo e associativismo, foram intensificadas, como no caso da Cooperacre.

### 3.2 – A Cooperacre e as políticas de desenvolvimento rural no Brasil atual

A Cooperacre trabalha com os produtos Castanha-do-Brasil, borracha nativa e de cultivos, óleo de copaíba e polpas de frutas. No Programa de Aquisição de Alimentos a Cooperativa tem realizado operações de Formação de Estoque (CPR-Estoque) com Castanha-do-Brasil e essa experiência é vista como referência para consolidação da política pública.

Em 2009 a CPR-Estoque operacionalizou cerca de R\$ 40 milhões de reais em todo o país, valor equivalente a **11%** do recurso executado no PAA, que totalizou R\$ 363,5 milhões (Quadro 1). Abaixo é apresenta-se a evolução dos recursos de FE de 2003 a 2009.

Gráfico 4 - Evolução dos recursos da modalidade de Formação de Estoques (em R\$)



A modalidade acessada tem como finalidade formar estoques dos produtos alimentícios oriundos de organizações familiares, que individualmente estão enquadrados no PRONAF, devidamente identificados pela DAP, visando com o estabelecimento do estoque a sustentação de preços e a agregação de valor. Nesse sentido, são amparados apenas produtos alimentícios da safra, próprios para o consumo humano.

Cabe destacar que esse instrumento configura uma oportunidade estratégica para integrar o planejamento das organizações familiares, mas em contrapartida exige um maior grau de gestão da produção, beneficiamento e armazenagem, envolvendo riscos e controle gerencial. A modalidade é executada em 21 Estados, concentrando-se valores na Região Sul e em todo o Brasil, dialoga com ampla diversidade de produtos (Castanha-do-Brasil, açúcar, mel de abelha, polpas de frutas, sucos, farinha de mandioca, carnes, pescados, café, queijos, arroz, guaraná, açaí, feijão, trigo, milho, leite em pó), possibilitando compor estoques estratégicos de parte destes produtos e interferindo no controle de preços, principalmente nos períodos de entressafra, conferindo uma maior autonomia aos agricultores familiares e suas organizações, e tão importante quanto isso possibilitando ainda o estabelecimento de um referencial de preços, em relação aos espaços comerciais dos atravessadores (MDA, 2009).

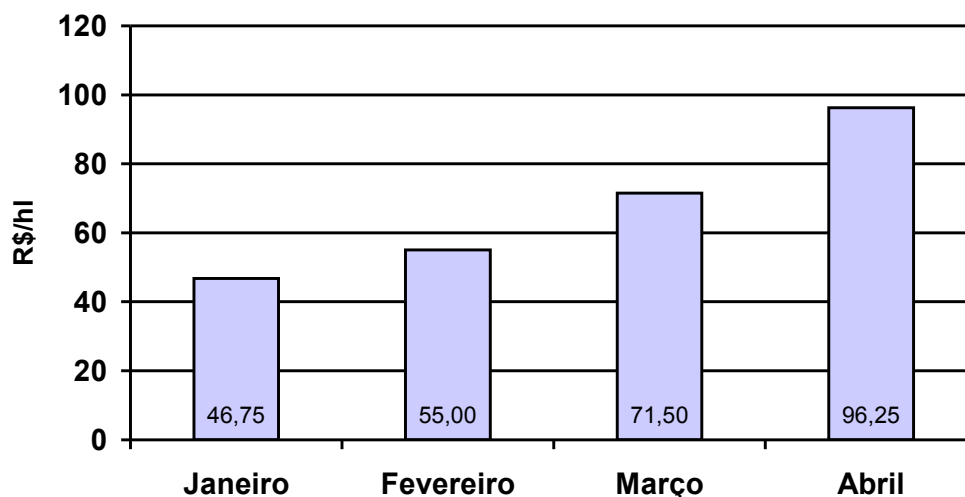
**Quadro 1 – Recursos e total de agricultores no PAA (MDA e MDS)**

<b>ANO</b>	<b>TOTAL DE RECURSOS</b>	<b>TOTAL DE AGRICULTORES</b>
<b>2003</b>	81.541.207	41.341
<b>2004</b>	107.185.826	49.792
<b>2005</b>	112.791.660	51.975
<b>2006</b>	200.954.580	86.476
<b>2007</b>	228.352.967	92.372
<b>2008</b>	275.953.725	91.622
<b>2009</b>	363.485.397	92.870
<b>TOTAL</b>	<b>1.370.265.363</b>	<b>506.448</b>

Fonte: CONAB  
Elaboração: Autora

Como breve histórico, verifica-se que o início das operações do PAA junto aos extrativistas foi em 2003, por meio da extinta Compra Antecipada Especial - CPR Alimento. Por meio desse mecanismo, foram repassados em torno de 2,8 milhões de reais a cooperativas localizadas no Acre e no Amazonas, para utilização como capital de giro. Os recursos financeiros foram liberados para três cooperativas no Acre (Rio Branco, Xapuri e Brasiléia) e uma no Oeste do Amazonas (Boca do Acre), beneficiando 32 associações a elas vinculadas e cerca de 1300 famílias. No Gráfico 5, observa-se a reação dos preços a partir dessa intervenção.

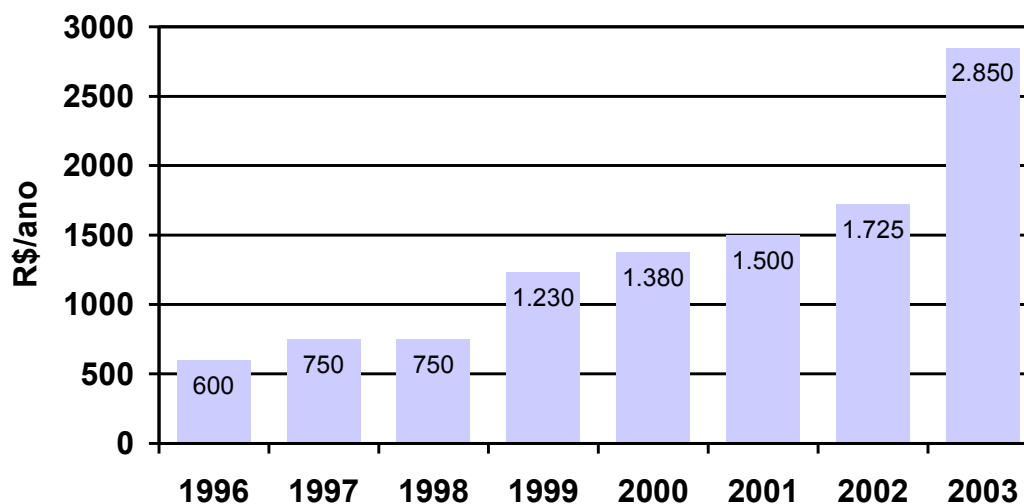
**Gráfico 5 – Evolução dos preços médios mensais da Castanha-do-Brasil no Acre - 2004**



Como reflexo imediato da intervenção governamental, salienta-se que os preços pagos aos extrativistas passaram de R\$ 30,50/hl em dez/03 (antes da divulgação do programa) para R\$ 39,00/hl no início de janeiro (logo após à implantação das ações). Tais incrementos ganham peso, na medida em que se considera a realidade de pobreza e vulnerabilidade social das famílias extrativistas, que em 2003 apresentavam renda média anual de R\$2.850,00 ou R\$ 237,50/mês, conforme Gráfico 6.

Em 2003 ocorreu o primeiro repasse de recursos do PAA à Cooperacre para a extinta modalidade de Compra Antecipada da Agricultura Familiar (atual CPR Estoque). Ao todo, foram investidos R\$ 8,93 milhões, utilizados como capital de giro para a Central (e suas filiadadas) adquirir o produto de 3.117 famílias extrativistas, totalizando mais de 2 mil toneladas, regulando e garantindo o preço justo praticado na região, conforme Gráficos de 07 a 10.

**Gráfico 6 – Renda Média anual das famílias extrativistas no Acre**



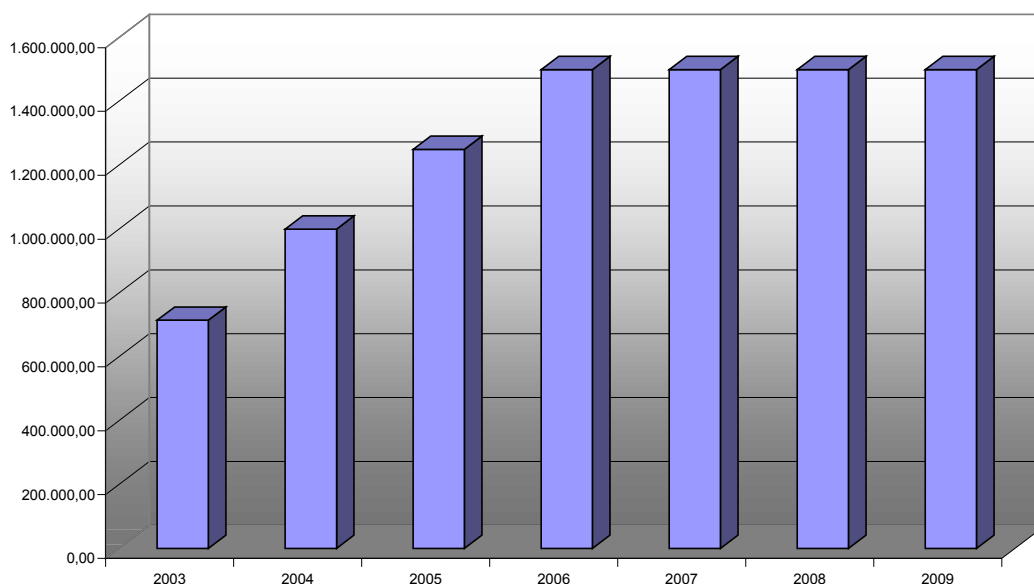
Segundo o Presidente da Cooperativa, em 2001 os castanheiros recebiam por lata de 10 Kg de castanha do Brasil, cerca de R\$ 7,00. Em 2004, com a possibilidade de acessar os recursos do PAA, o preço quase dobrou, se equiparando ao mercado, e os castanheiros passaram a ter a garantia de compra da produção.

No Gráfico 07 apresenta-se a evolução dos recursos disponibilizados para a Cooperacre no âmbito do PAA. Observa-se que em 2009 foram disponibilizados R\$ 1,55 milhões para a entidade, o que equivale a 48% do total de operações relativas à Castanha do Brasil no Brasil, que somou R\$ 3,22 milhões.

Em Brasiléia/AC ocorre todo o processo de beneficiamento e controles de produção, estabelecidos em preceitos modernos de gestão e administração, o que garante a credibilidade frente aos mercados e aos apoios de políticas públicas.

A Cooperacre tem assumido, em parte por relações de parcerias comerciais, as dificuldades enfrentadas por outras cooperativas de extrativistas da região. Para garantir maior qualidade ao produto, os investimentos também contemplam a capacitação de extrativistas, técnicos e extensionistas em boas práticas no manejo da castanha. A expectativa é estender as boas práticas de manejo ao universo de produtores principalmente do baixo e alto Acre, regiões de maior coleta da castanha.

**Gráfico 7 - Evolução dos Recursos disponibilizados para a Cooperacre no âmbito do PAA (em R\$)**

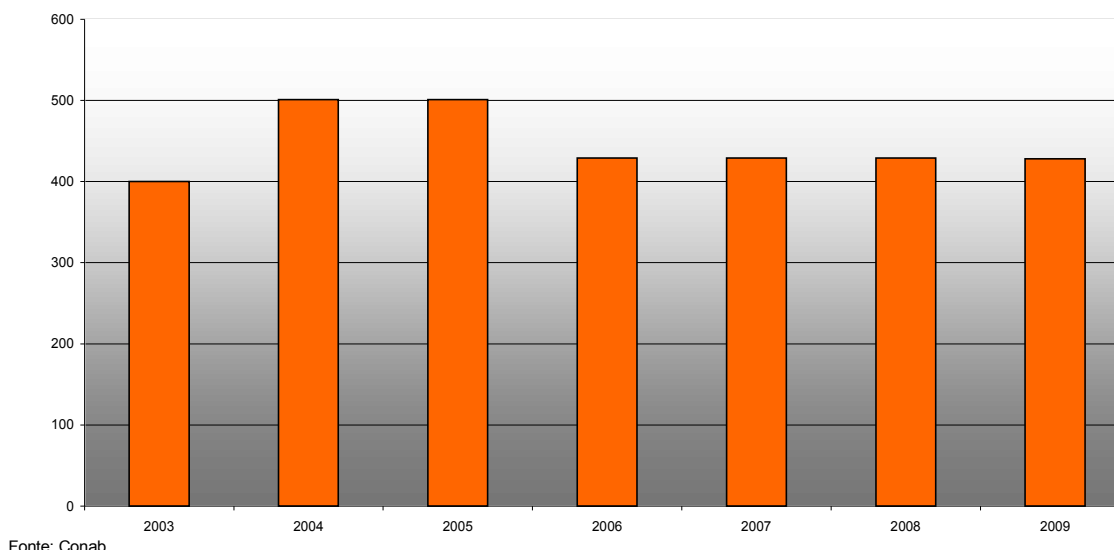


Fonte: Conab, 2009.

O superintendente da cooperativa credita o sucesso da entidade ao profissionalismo da gestão. O faturamento médio da cooperativa é de R\$ 3 milhões por safra, já tendo chegado a R\$ 4 milhões. Pelos bons resultados, a Cooperacre conquistou a concessão de uma das usinas de beneficiamento que estava sob a responsabilidade do Consórcio Internacional formado por duas das três cooperativas extrativistas locais a Capeb – Cooperativa Agroextrativista de Brasília e a Caex – Cooperativa Agroextrativista de Xapuri e a empresa boliviana Tahuamanu, que deveria, em contrapartida, repassar conhecimento tecnológico para os produtores.

Após um investimento próprio de R\$ 300 mil em maquinário, a Cooperacre passou a vender castanhas sem casca e embaladas a vácuo em saco laminizado (conforme fotos anexas – apêndice). Isso elevou o faturamento para R\$ 4,5 milhões em um primeiro momento (valores brutos). Quando o tratamento alcançar a totalidade das castanhas, os ganhos chegarão a R\$ 6 milhões por safra. Também faz parte da estratégia da Cooperativa a fixação de contratos antecipados de venda junto a varejistas locais e de outros estados, como São Paulo.

**Gráfico 8 - Número de famílias extrativistas que acessaram a modalidade de Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (PAA)**



Desde o início da implantação do PAA, foram construídos três armazéns industriais e mais sete armazéns comunitários, além de adquiridos três caminhões para melhorar o sistema de transporte das amêndoas. A reforma e ampliação da usina de beneficiamento, está em andamento. O projeto visa a modernização dos equipamentos para automação, que passará a beneficiar quatro toneladas de amêndoas ao dia.

A estratégia mais forte atualmente na venda de castanhas no Acre foi investir no mercado interno. O superintendente da Cooperacre pretende sondar o mercado internacional, para conhecer a logística das transações e não firmar contratos que não possam ser honrados.

Considerando a necessidade de garantia de infra-estrutura e mercado, o Superintendente da Cooperacre destaca como principais prioridades:

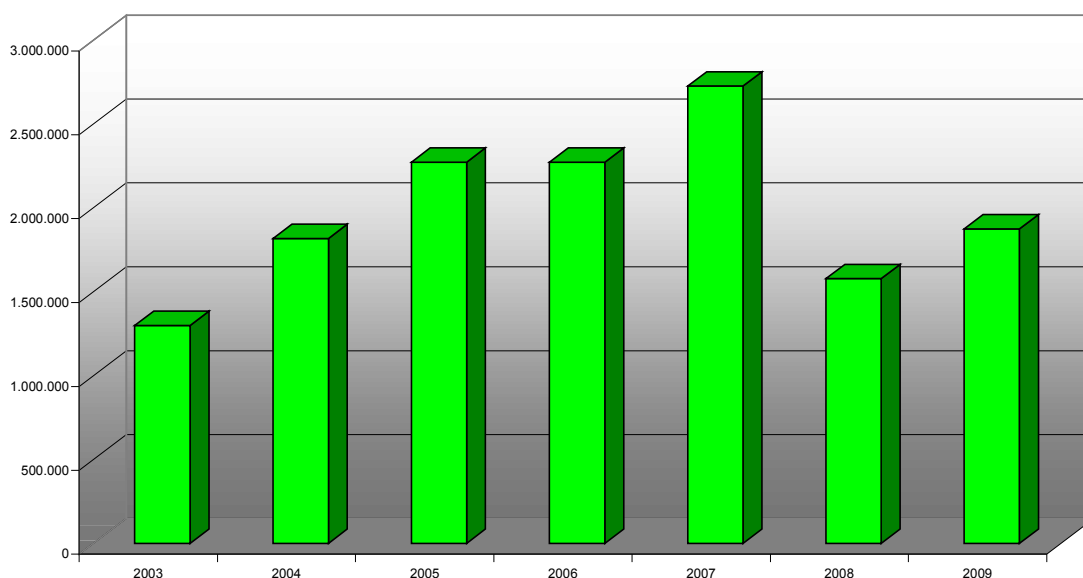
- o acesso às linhas de crédito específicas para os projetos e produtos da sociobiodiversidade, tanto para a produção quanto para a comercialização;
- o incentivo ao extrativismo com práticas social e ambientalmente corretas;
- a ênfase à Certificação e rastreabilidade da produção (como já vem sendo realizado por meio do Programa de Boas Práticas);
- o levantamento da oferta e dos produtos potenciais, bem como da viabilidade econômica dos produtos, dos custos, preços e padrões de qualidade (em parcerias locais e com a Embrapa e Sebrae);

- o aprimoramento do nível de conhecimento sobre a demanda e promoção de campanhas de esclarecimento acerca dos elementos que compõem o conceito de sociobiodiversidade, salientando as características com apelo mercadológico, com a finalidade de ampliar a demanda e reduzir sua oscilação e a busca por apoio do governo para a abertura de mercados, especialmente no exterior.

Visando a melhoria dos processos produtivos, a integração dos cooperados e a aceitação de produtos no mercado nacional e internacional com um bom valor agregado, a Cooperacre vem desenvolvendo projetos dentro de modernos padrões de qualidade, a saber: 01 - Certificação da Castanha-do-Brasil; 02 - Comercialização de polpa de frutas; 03 - Apoio ao desenvolvimento da cadeia produtiva do óleo de copaíba e 04 - Organização social.

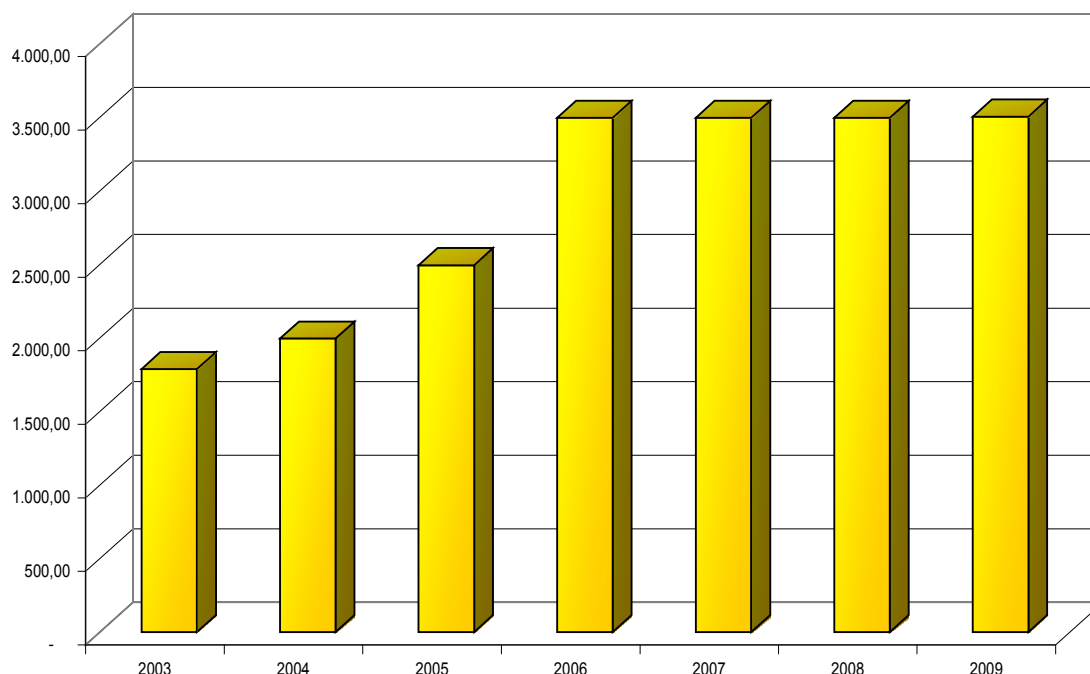
No sentido de obter capital de giro para a compra dos produtos, otimização de recursos, apoio logístico e técnico, a Cooperacre vem desenvolvendo uma série de parcerias com instituições governamentais e não governamentais. Dentre os parceiros destacam-se: o Governo Federal (CONAB e MDA); Governo do Estado do Acre; Prefeituras dos municípios de atuação; WWF-Brasil; SEBRAE; UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza); EMBRAPA; FUNTAC (Fundação de Tecnologia do Estado do Acre); UFAC- Universidade Federal do Acre (UTAL-Unidade de Tecnologia de Alimentos); CTA (Centro dos Trabalhadores da Amazônia); GTA (Grupo de Trabalho Amazônico); Banco do Brasil e Banco da Amazônia.

**Gráfico 9 - Quantidade de Castanha do Brasil adquirida no âmbito do PAA**



Fonte: Conab

**Gráfico 10 - Média recebida por família extrativista**



Fonte: Conab

O Sebrae iniciou sua atuação na atividade extrativista de castanha em 2006 e capilarizou o trabalho realizado pela ONG Eco Amazon desde 2001, quando eram atendidas 30 famílias. O projeto abriu mercados e lançou bases para o beneficiamento nas cooperativas locais. A produção de amêndoas movimentava em 1995 aproximadamente R\$ 1,5 milhão, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já em 2005, esse valor saltou para R\$ 15,5 milhões.

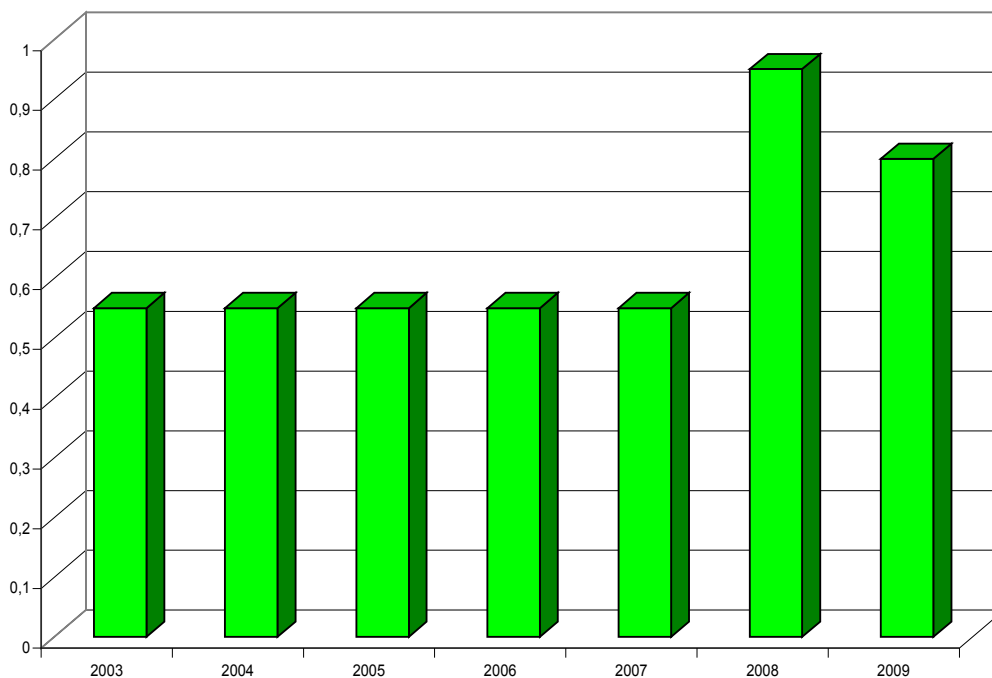
A conquista de certificações foi fundamental para a valorização do produto no mercado internacional e para que os produtores pudessem comercializar as castanhas com menos atravessadores.

Em 2008, sua capacidade de aquisição, que fora de 100 mil latas, hoje chega a 300 mil latas. Diante disso, a Cooperacre adquiriu 2.700 toneladas de Castanha do Brasil dos seus cooperados, pagando um valor de R\$ 14,50 a lata (cada unidade com aproximadamente 10 kg).

Além da castanha, a Cooperativa comprou 700 toneladas de borracha, pagando um preço de R\$ 1,60/kg, além do subsídio do governo estadual, de R\$ 0,70/kg, totalizando R\$ 2,30/kg. Também adquiriu 700 litros de óleo de copaíba, com valor de R\$ 20,77/litro.

Adicionalmente, a cooperativa adquiriu polpas de frutas, pagando preços diferenciados: Abacaxi, Acerola e Goiaba - R\$ 4,50/kg e Cupuaçu, Cajá e Graviola - R\$ 5,50/kg.

**Gráfico 11 - Série de preços pagos pela Castanha do Brasil no PAA (R\$/kg)**



Fonte: Conab

Os recursos são provenientes do MDA, via modalidade de Formação de Estoques para a Agricultura Familiar – PAA, operado pela CONAB, Banco do Brasil e Banco da Amazônia. Com isso, os cooperados têm garantia da venda de toda sua produção e com preço atrativo.

Em 2009 a Cooperativa triplicou sua capacidade de compra da Castanha do Brasil em comparação a 2008, assim como sua capacidade de armazenamento e beneficiamento também foi ampliada.

Em pesquisa de campo realizada em 2009 pelo MDA, verificou-se que a ação da cooperativa e o complemento do PAA-FE, tem permitido valorização no produto. Em 2008 a cooperativa pagou R\$ 13,00 por lata (10Kg), enquanto que anteriormente o atravessador pagava de R\$ 7,00 a R\$ 9,00 por lata. E ainda está conseguindo manter uma estrutura de coleta na floresta e nas associações integradas à cooperativa.

O PAA, conforme sinaliza o gerente de operações na unidade de Brasília, veio para complementar, e tem uma preocupação quanto ao controle de entrega, por isso na cooperativa o controle de entrega é rigoroso, pois para fazer o pagamento ao extrativista tem que passar pela Diretoria, sendo que Brasília apenas recebe o produto.

O principal resultado do Programa tem sido a garantia de preço de mercado e, conseqüentemente, mais renda para os castanheiros. “A extração da Castanha do Brasil no Acre de maneira sustentável é uma das formas que as populações da região encontraram para viver com dignidade, por meio da convivência respeitosa entre o homem e a floresta”, conta o presidente da Cooperacre.

### 3.3 - Oportunidades e Desafios do PAA

As informações apresentadas abaixo são oriundas de atividades de avaliação e monitoramento do PAA coordenadas pela CONAB em Rio Branco/AC. Em 2004 foi realizado o Primeiro Encontro de Avaliação da Compra Antecipada de Castanha-do-Brasil, reunindo 45 pessoas representantes da CONAB, Governo Estadual - SEATER, EMATER e SEPROF, Cooperativas e Associações e em 2006 aconteceu a Oficina de Documentação Participativa do PAA.

Como principais **pontos positivos** do Programa destacam-se:

- capitalização das cooperativas e associações, reduzindo a desigualdade de competição com os marreteiros (atravessadores);
- elevação da renda familiar, via aumento e sustentação de preços;
- retorno e manutenção das famílias no campo;
- poder de decisão do extrativista, com redução de sua dependência junto ao marreteiro;
- fortalecimento de parcerias entre as cooperativas;
- busca de novos mercados inclusive para exportação;
- capitalização das cooperativas e associações, reduzindo a desigualdade de competição com os marreteiros;
- resgate da cidadania;
- recursos vão diretamente para o extrativista, sem intermediações danosas.

Destacaram-se como principais **pontos negativos** encontrados para acessar o PAA em 2004:

- deficiências na logística de transporte e armazenagem na região Amazônica;
- grandes limitações para obtenção da DAP;

- valor baixo da cota máxima por família: no início do PAA o limite era de R\$ 2.500,00/ extrativista/ano. Como o passar dos anos foi aumentando e atualmente é R\$ 8.000,00/família;
- conscientização do extrativista;
- descrédito das cooperativas e associações;
- deficiências na definição dos papéis de cada instituição.

Como principais **propostas** para redirecionamentos do programa, encontram-se:

- realizar encontros regionais periódicos com todos os envolvidos para nivelamento de informações e planejamento de atividades referentes à próxima safra, no máximo até junho;
- buscar melhoria da infra-estrutura de produção, incluindo transporte e armazenagem, criando melhores condições para comercialização.
- realização de oficinas nas bases produtivas (seringais e reservas extrativistas), pelas cooperativas, associações, instituições governamentais e não governamentais, para conscientização do extrativista sobre a importância e o caráter social do programa;
- trabalhar a gestão do programa com transparência, de forma a propiciar o resgate das entidades beneficiadas junto aos associados, buscando instrumentos eficientes para acompanhamento das ações/recursos financeiros/benefícios.
- buscar sistemas de divulgação que envolvam todos os atores do processo;
- realizar cadastro que atenda a realidade do setor extrativista, cujo modelo seja definido com participação de todos os envolvidos.

#### **4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da pesquisa realizada conclui-se que o PAA é estruturante para a atuação da Cooperacre, na medida em que propiciou a retomada da dinâmica de comercialização da castanha do Brasil e viabilizou a ampliação da dimensão dos volumes negociados. Tais resultados não podem ser dissociados do contexto no qual se insere, visto que o Estado do Acre possui um histórico de políticas públicas voltadas ao empoderamento das comunidades tradicionais, contemplando ações básicas de inclusão social, desenvolvimento econômico e infra-estrutura.

O sucesso dessa experiência deve-se ao crescente entendimento e engajamento dos extrativistas ao programa, além da articulação do Governo Federal (CONAB) com o Governo

do Estado, por meio da SEAPROF-AC, além da presença de uma ampla gama de agentes governamentais e não governamentais que compõem a rede de parcerias. Na visão dos extrativistas, para potencializar o acesso ao Programa são necessários ajustes regionalizados, contemplando recursos para logística, transporte e impostos.

O acesso a políticas de desenvolvimento rural, como crédito, capacitação, assistência técnica e infra-estrutura, por meio de convênios com o MDA, influencia a consolidação do processo iniciado com o PAA. A previsão de tais investimentos é de cerca de R\$ 7 milhões em 2010. Diante disso, a cooperativa indica que a partir de 2010 as associações filiadas serão as proponentes dos projetos, ganhando assim maior autonomia e capacidade de gestão.

Tendo em vista as grandes limitações para obtenção da DAP, destaca-se a inclusão da REB – Relação de Extrativistas Beneficiários, a partir da Portaria MDA N°62, de 27/11/09, como importante avanço, ao permitir o acesso ao PAA daqueles extrativistas não atendidos pelo Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA. Também merece destaque a ampliação dos limites por família.

Atualmente, os critérios para aprovação de propostas são capacidade de produção/beneficiamento da cooperativa: liquidez, requisitos estes que asseguram o cumprimento da CPR dentro do prazo estipulado. Por parte da cooperativa verifica-se o controle gerencial e não foram detectadas esferas de acompanhamento social, para além das reuniões ordinárias para prestação de contas. A forma de acompanhamento e fiscalização usual é a comprovação do estoque, para fins de quitação da CPR, e cópia do extrato da conta corrente mensal da cooperativa.

Indica-se a necessidade de ampliação da política de sustentação de renda e apoio à comercialização desse produto, de instrumentos de valorização ou remuneração por serviços ambientais.

## **5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. Fortaleza, Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, 1999.

ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Vol. 6 N. 01. ANPUR, maio de 2004 pp. 9-32.

ALTAFIN, Iara. **Sustentabilidade, Políticas Públicas e Agricultura Familiar: uma apreciação sobre a trajetória brasileira**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, agosto/2003.

BIALOSKORSKI NETO, S. Estratégias e cooperativas agropecuárias: um ensaio analítico. In: **Seminário de Política Econômica em Cooperativismo e Agronegócios da UFV**. Viçosa, 2002.

BRASIL, *Plano Nacional de Promoção das Cadeias da Sociobiodiversidade*. Grupo de Coordenação: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA/ Ministério do Meio Ambiente – MMA/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. Brasília, julho de 2009.

BRASIL. **Seminário Nacional das Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade: Agregação de Valor e Consolidação de Mercados Sustentáveis**. Realização: MDS/MMA/MDA. Brasília-DF, 15 a 18 de julho de 2008.

CARNEIRO, M. J. T. Sobre classificações e tipologias: agricultores familiares e pluriatividade. In: SEMINÁRIO “O NOVO RURAL BRASILEIRO”. Campinas: IE/UNICAMP, 1999.

CEPEA, Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. PIB do Agronegócio – Dados de 1994 a 2008. Disponível em: [http://www.cepea.esalq.usp.br/pib/other/Cepea\\_PIB](http://www.cepea.esalq.usp.br/pib/other/Cepea_PIB). Acesso em: 22 jan. 2010.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. **Atuação da CONAB nos mercados da Sociobiodiversidade**. In: Agricultura e Abastecimento Alimentar: Políticas Públicas e Mercado Agrícola.- - Brasília: CONAB, 2009, 548 p.: il.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. **Proposta de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília/DF. 2008 (mimeo).

CONSEA, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira. Orgs.: FAO e IICA. Presidência da República. Brasília, novembro de 2009.

COOPERACRE, Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre. Dados Gerais. Disponível em: <http://www.cooperacre.com>. Acesso em: 03 jan. 2010.

COSTA, C. A. F. Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no Acre. In: T&C Amazônia, Ano VI, Número 14, Junho de 2008.

CRUZ, K. C. M. S. **A Cachoeira do Poço Encantado: empreendimento familiar e presença Kalunga na cadeia do ecoturismo em Teresina de Goiás**. 2005. 185 p. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

EGLER, P. C. G. **Políticas Públicas: Marcos Conceituais e Processos**. Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB. Notas de aula. Brasília: CDS/UnB.1º semestre de 2001. (mimeo).

FILHO, P. S.; SILVA, C. L. **A importância do Cooperativismo agropecuário para o capital social local: um estudo da região de atuação da Cooperativa Copacol de**

**Cafelândia/PR.** Disponível em: [www.fae.edu/publicacoes/pdf/IIseminario/pdf](http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/IIseminario/pdf). Acesso em: 18 jan. 2010.

GRAZIANO DA SILVA, J. *Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/ Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001.

LITTLE, P. E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade*. Série Antropologia. Brasil, 2002.

MALUF, R. S. O enfoque da Multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: WILKINSON; LIMA (org.) *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002, p. 301-328.

MATTEI, L. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): Antecedentes, Concepção e Composição Geral do Programa**. Disponível em: <[http://www4.fct.unesp.br/Nivaldo/pós-graduacao/lato.../Texto3\\_PAA](http://www4.fct.unesp.br/Nivaldo/pós-graduacao/lato.../Texto3_PAA)>. 2005. Acesso em: 20 jan. 2010.

MARTINS, J. S. As Coisas no Lugar (Da ambigüidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo). In: Martins (org.). *Introdução crítica à Sociologia Rural*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Dados sobre o PAA. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em: 10 de mai. 2009

MELO, P. B. **Análise da Mobilização Política das Comunidades Remanescentes de Quilombos**. In: VII RAM - UFRGS, Porto Alegre, Brasil, 2007.

MULLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. 2007. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NEVES, J. L. *Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades*, In Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, V. 1, Nº 3, 1996.

OCB. Disponível em: <[www.ocb.org.br](http://www.ocb.org.br)>. Acesso em: 23 dez. 2005.

O'DONNELL, G. *Accountability* Horizontal e Novas Poliarquias. Setembro de 1997. Mimeo.

PAVARINA, P. R. J. O. **Desenvolvimento, crescimento econômico e o capital social do estado de São Paulo**. Piracicaba. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado em Economia Aplicada, 2003.

PEREIRA, L. C. B. **Reforma do Estado Para a Cidadania**. A reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. Brochura. 1ª edição 1998. 365 pág.

PINHEIRO, F. M. **A Invenção da Florestania**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. In: XIV Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sudeste – RJ – 07 a 09/05/2009.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2003.

SOUZA, C. - “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais – 2006, Vol 18, Nº. 51.

VALENTE, A. L. E. F. Reflexões sobre o estudo de caso: subsídio à pesquisa no campo do agronegócio, 2003a (texto digitado).

\_\_\_\_\_ Agricultura familiar e recorte racial: desafio teórico e sóciopolítico no meio rural. *XLII Congresso da SOBER*, 2004.

WANDERLEY, M.N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas. 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap.1, p. 21 – 55.

## 6 – APÊNDICE



Fig.1 – Castanhas beneficiadas



Fig. 2 – Castanhas in natura



Fig. 3 - Beneficiamento de Castanha



Fig. 4 – Coordenadores da Cooperacre



Fig. 5 – Sede da Cooperacre



Fig. 6 – Selagem dos pacotes de castanha



Fig. 7 – Embalagens e estoques



Fig. 8 – Membros da Diretoria, Presidente e Parceiros da Cooperacre



Seleção das castanhas



Usina para beneficiamento de castanha em Brasileia





**Seleção das castanhas**



**Transporte**



**Castanhas embaladas para exportação**

Fig. 9 – Seleção, Transporte e Embalagens



**Usina para beneficiamento de castanha em Brasília**



**Paiol para secagem e estocagem provisória**



**Frutas selecionadas para extração de polpa**



**Polpa de fruta embalada e pronta para comercialização**

Fig. 10 – Usina, paiol, frutas selecionadas e polpas de frutas